

CORREIO POLÍTICO

Victor Piemonte/STF



Sucumbirá Mendonça aos erros da Lava Jato?

E o Master? Lavajatizou?

Em 2004, o então juiz Sergio Moro escreveu um artigo: “Considerações sobre a Operação Mani Pulite”. Moro tecia diversos elogios à Operação Mãos Limpas, na Itália, prenunciando que seu desejo seria ter aqui uma operação igual para chamar de sua. Ele a teve: a Operação Lava Jato. Depois, sabemos que a Lava Jato acabou anulada quando se descobriu que Moro combinava com os procuradores o rumo das investigações para condenar seus alvos. Mas, para além da combinação, muito se criticou tanto a Mãos Limpas quanto a Lava Jato pelo uso, digamos, heterodoxo, de caminhos judiciais para alcançar seus objetivos. Um desses usos heterodoxos muito criticados era a estratégia para obter delações premiadas.

Pressão para confessar

No artigo de 2004, Moro já defendia a estratégia de pressionar os investigados para que colaborassem com a Justiça. “Cabem aqui alguns comentários. Não se prende com o objetivo de alcançar confissões. Prende-se quando estão presentes os pressupostos de decretação de uma prisão antes do julgamento. Caso isso ocorra, não há qualquer óbice moral em tentar-se obter do investigado ou do acusado uma confissão ou delação premiada”.

Rosinei Coutinho/STF



Gilmar Mendes alertou para os riscos em seu voto

Prisão mais dura e mais confortável

Quem critica avalia que o relator da ação sobre o Master no Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça fez parecido quando primeiro colocou Vercaro num presídio de segurança máximo ao lado de bandidos perigosos para agora transferi-lo para uma sala de Estado Maior igual à que se usou com o ex-presidente Jair Bolsonaro, bem mais confortável e perto dos agentes da Polícia Federal. Seria algo semelhante ao tipo de pressão psicológica que Moro achava válido e que foi usado tanto na Mãos Limpas quanto na Lava Jato.

Para Gilmar, riscos parecidos

Na sexta-feira (20), Gilmar Mendes acompanhou os demais ministros da Segunda Turma para manter Daniel Vercaro preso. Mas alertou para os riscos dos mesmos caminhos que fizeram sucumbir a Lava Jato: nas suas palavras, o flerte com a “espuma midiática” e o uso de argumentos genéricos e palavras de ordem para sustentar as ações.

POR
RUDOLFO LAGO

Muito cedo

Com experiência como advogado nas cortes superiores, o também analista político Melillo Dinis considera ainda “muito cedo” para avaliar se o caso Master “lavajatizou”, estaria indo pelos mesmos caminhos da operação anulada. Mas ele admite: “Há muitos riscos”. E acrescentar: “Mas há muita pressão”.

Espelho

Para Melillo, o alerta de Gilmar Mendes, o decano da Corte, seria, como ele chama, “espelho e projeção”. Por um lado, Gilmar projeta o que ele mesmo faria caso fosse o relator. Por outro, ele vê o seu reflexo, quando parte do que se sabe sobre atinge ministros da Suprema Corte, Dias Toffoli e Alexandre de Moraes.

Defensor

Gilmar Mendes foi o ministro que mais defendeu a condução que antes fazia Dias Toffoli do caso. Nos bastidores, diz-se que ele foi fundamental para evitar que o caso na Corte escalasse mais diante do que se descobriu sobre as relações de Toffoli com Vercaro. Toffoli e Gilmar Mendes se tornaram muito próximos.

Mendonça

Então, Mendonça erra? Seria um Moro do STF? Para Melillo, “acerta e erra”. Acerta por ter dado luz ao que se sabe sobre o caso Master, e por ter dado liberdade para a Polícia Federal investigar o caso sem as amarras que Toffoli empunha. Mas errou na questão da prisão mais dura e depois a mais confortável para Vercaro delatar.

Esquisito

Para Melillo, uma “opção esquisita”. Que parece mesmo fazer parte de uma estratégia para exercer sobre o banqueiro uma pressão psicológica para que ele assine um acordo de colaboração premiada. E, nesse sentido, é uma ação muito na linha do que se fazia Itália na Operação Mãos Limpas e na Operação Lava Jato.

Vaidade

Quem critica as duas operações diz que a vaidade, “o pecado preferido do diabo”, é que as fez desandar. Em um culto religioso em fevereiro, André Mendonça, já falava sobre as “tentações do poder”. E completava: “Não busque o poder, não busque os holofotes, busque a Deus”. Conseguirá o ministro se salvar?



CPMI não conseguiu localizar Martha Graeff

Mendonça manda prorrogar CPMI do INSS

E comissão pressiona por depoimento de Martha Graeff

Por Beatriz Matos

A reta final da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) do INSS ganhou novos elementos nesta segunda-feira. Atendendo a uma ação do presidente da comissão, senador Carlos Viana (Podemos-MG), do relator, deputado Alfredo Gaspar (União-AL), e outros parlamentares, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) André Mendonça deu um prazo de 48 horas para que o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) prorrogue a comissão de inquérito concedendo mais tempo para a investigação.

Com isso, a comissão deve ganhar mais 60 dias para a conclusão dos seus trabalhos. E, neste momento, centra-se em obter o depoimento da influenciadora Martha Graeff, ex-noiva do banqueiro Daniel Vercaro, no centro das investigações sobre o Banco Master. Sem conseguir notificá-la oficialmente, integrantes da comissão já discutem a possibilidade de condução coercitiva, caso ela não apresente justificativa para a ausência.

Mais uma sessão

Antes da decisão de Mendonça, a comissão tinha apenas mais uma sessão deliberativa antes do encerramento dos trabalhos, previsto para o próximo sábado (28). A sessão desta segunda-feira (23), que previa a oitiva de

Martha Graeff, acabou cancelada após a internação médica de outro convocado. Ainda assim, o não comparecimento da influenciadora expôs um problema mais amplo: a comissão não conseguiu localizá-la, apesar das tentativas feitas com apoio da Polícia do Senado.

De acordo com a assessoria do senador Carlos Viana (Podemos-MG), presidente da comissão, foram enviados e-mails e contatos telefônicos para possíveis endereços ligados a Martha, que vive em Miami, nos Estados Unidos, mas não houve retorno. A convocação aprovada pela CPMI obriga o comparecimento, mas, na prática, a notificação é condição essencial para que a exigência tenha validade.

Nos bastidores, parlamentares avaliam que a ausência pode comprometer uma das últimas linhas de apuração ainda em aberto. Isso porque Martha aparece diretamente em mensagens atribuídas a Vercaro, que fazem parte do material analisado pela Polícia Federal (PF).

Além da CPMI do INSS, a CPI do Crime Organizado também aprovou a convocação da influenciadora, ampliando a pressão para que ela preste esclarecimentos. O depoimento chegou a ser marcado para esta quarta-feira (25), mas, assim como na CPMI, não houve confirmação de contato com a defesa ou com a própria Martha.